

A filosofia social de Adam Smith

The social philosophy of Adam Smith

António Avelãs Nunes*

Resumo

Análise dos pressupostos conceituais do pensamento de Adam Smith, abordando temas como trabalho abstrato, valor, acumulação de capital e intervenção do Estado, de permanente influência no pensamento econômico contemporâneo.

Palavras-chave: Adam Smith. Valor. Teoria econômica. Intervenção do Estado.

Abstract

The article follows the path of Adam Smith's ideas, looking to precise terms like abstract work, value, capital accumulation, State's interventionism, which still reflect on contemporary economical thought.

Keywords: Adam Smith. Value. Economic Theory. State's Interventionism.

1. O pensamento de Adam Smith no domínio da Economia estrutura-se, basicamente, a partir da crítica às teses fisiocráticas segundo as quais a produtividade natural da terra é um *dom da natureza*, *dom* que só pode ser aproveitado pelos que trabalham na agricultura, o que significa que só o trabalho agrícola se configura, por isso mesmo, como *trabalho produtivo* (i.é, capaz de produzir um produto líquido).

Era claramente diferente da realidade econômica e social da França do tempo dos fisiocratas aquela que caracterizava a Inglaterra do tempo de Adam Smith. E este conseguiu aperceber-se de algumas diferenças fundamentais: por um lado, no que toca à agricultura, deu-se conta de que os rendeiros (capitalistas) arrecadavam um rendimento que não era um salário; por outro lado, conseguiu compreender que este *lucro*

capitalista não se confinava à agricultura: o lucro surgia agora de forma clara na indústria, actividade em que o capital vinha encontrando o seu mais amplo campo de aplicação.

O “poder produtivo do trabalho” (a produtividade) deixava de estar ligado às características estruturais da terra, deixava de ser exclusivo da agricultura. Por isso, a explicação do *excedente* (i.é, do *produto líquido*, do qual sai não só a renda mas também o lucro, tanto o lucro agrícola como o lucro industrial) não pode continuar a assentar nas condições específicas de que beneficia um determinado tipo de trabalho concreto (o trabalho agrícola).

Adam Smith (1981, p.122) foi além das várias formas de *trabalho concreto* que se encontram na vida

* Prof. Catedrático e Vice-Reitor da Universidade de Coimbra. Este texto foi escrito originariamente para figurar num livro de homenagem ao Doutor António Castanheira Neves.

real, e elaborou uma nova categoria, a de *trabalho abstracto*, a qual — como ele próprio reconhece —, “embora possa tornar-se suficientemente inteligível, não é de modo algum tão natural e óbvia.” Esta foi uma novidade teórica particularmente importante. Marx (1968, p.65-6) considera-a o “ponto de partida da economia moderna”:

um imenso progresso foi realizado quando Adam Smith rejeitou todas as formas particulares de actividade criadora de riqueza (...), para considerar apenas o trabalho *sem mais*, isto é, todas as actividades sem qualquer distinção. A esta universalidade da actividade criadora de riqueza corresponde a universalidade do objecto, o produto *sem mais*, e também o trabalho em geral, embora ele seja concebido sob a forma de trabalho passado e objectivado.

À luz dos ensinamentos de Smith (1981), generaliza-se o entendimento de que a produtividade depende não já das características de um determinado sector de actividade, mas das características do *trabalho abstracto* — o *trabalho em geral*, o *trabalho tout court* (Marx) ou *trabalho enquanto tal* (Napoleoni) —, do dispêndio de energia física e psíquica exigido no processo de produção (qualquer que seja o objecto sobre que este incide), daquilo que é comum a todas as formas de trabalho, independentemente da sua forma concreta ou do sector de actividade produtiva em que se exerce.

Dava-se, deste modo, um passo decisivo no sentido de conceber e explicar o *excedente* em termos de valor e não já em termos físicos (como os fisiocratas), no sentido de equacionar a necessidade de uma teoria do valor e no sentido de configurar esta como uma *teoria do valor-trabalho*, ligando a teoria do valor ao *trabalho em geral*, entendido como a origem e a medida do valor. “Quando, em Smith, o produto líquido é identificado fora da agricultura — escreve Napoleoni¹ (1974), a caracterização em termos de valor torna-se a única conceptualmente possível; consequentemente, é com Smith que, pela primeira vez, o problema capital da análise da economia capitalista consiste em saber o que é que determina o valor das mercadorias.”

2. - O desenvolvimento da *divisão do trabalho* trouxe consigo uma enorme proliferação de tipos muito diferentes de trabalho concreto, criando assim as condições históricas que possibilitaram (e ‘exigiram’) a passagem à noção de *trabalho abstracto*,

uma noção que ‘abstrai’ das particularidades de cada forma de trabalho concreto.

Como Marx sublinhou, trata-se de um tipo de economia “em que existe um conjunto muito diversificado de modos concretos de trabalho, e em que nenhum deles predomina sobre os outros”, “uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho para outro e consideram como fortuito – e portanto indiferente – o carácter específico do trabalho.” Só nestas condições “o trabalho deixa de se conceber sob uma forma particular” e “não apenas no plano das categorias, mas no da própria realidade, o trabalho se torna o meio de produzir a riqueza em geral”.

O Capítulo I do Livro I de *Riqueza das Nações* ocupa-se exactamente da *divisão do trabalho*. Segundo Smith (1981, p.83), nela radica a explicação de “grande parte da perícia, destreza e bom senso” e do “maior acréscimo dos poderes produtivos do trabalho”, o qual se verificaria, *proporcionalmente* à divisão do trabalho, “em todas as artes, na medida em que é possível introduzi-la”. Da divisão do trabalho depende, pois, a *produtividade do trabalho*, i.é, a capacidade do trabalho para produzir um excedente:

o grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de executar deve-se a três circunstâncias: *primeira*, o aumento de destreza de cada um dos trabalhadores; *segunda*, a possibilidade de poupar o tempo que habitualmente se perdia ao passar de uma tarefa a outra; e, *finalmente*, a invenção de um grande número de máquinas que facilitam e reduzem o trabalho, e tornam um só homem capaz de realizar o trabalho de muitos.

O homem substituiu deus como gerador da riqueza: esta deixou de ter na sua origem uma dádiva do “Criador de todas as coisas” para ser um fruto do trabalho produtivo dos homens.

Adam Smith (1981) deixa muito claro o seu pensamento acerca da origem (da explicação) da divisão do trabalho:

a *divisão do trabalho* de que derivam tantas vantagens não procede originariamente da sabedoria humana, na sua tentativa de prever e procurar atingir a opulência geral que ela ocasiona. É antes a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa propensão para cambiar, permutar ou trocar uma coisa por outra (...), propensão que é comum a todos os

¹ Isto mesmo é posto em relevo por Carlos Laranjeiro (1985): “ao detectar em outros ramos da actividade, para além da agricultura, a possibilidade de criação de um excedente, Smith passa da produção concreta à produção em geral. Com isso a matriz do acto produtivo desloca-se do objecto (no caso a terra) para o agente transformador (o trabalho). Nesta medida, o conceito de trabalho abstractiza-se porque se desliga de uma actividade concreta, o acto de trabalho é em si mesmo gerador de valor, independentemente do objecto sobre que incide’.

homens e não se encontra em quaisquer outros animais, que parecem desconhecer esta e todas as outras espécies de contratos, propensão que é um daqueles princípios originários da natureza humana, e que é, como parece mais provável, a consequência necessária das faculdades do raciocínio e da fala". (...) "Tal como é por acordo, por tratado, ou por compra que obtemos uns dos outros a maior parte do que necessitamos – conclui Smith –, é essa mesma disposição para a troca que originariamente leva à divisão do trabalho.

É, pois, esta *propensão para a troca*, entendida como *tendência inerente à natureza humana*, anterior à própria circulação dos bens, que leva as sociedades humanas a organizar-se de tal forma que as relações de produção, baseadas na especialização de cada trabalhador, permitem levar ao mais alto grau de realização aquela propensão para a troca.

Uma vez que a divisão do trabalho se tenha estabelecido completamente, só uma parte muito pequena das necessidades de cada pessoa será suprida pelo produto do seu próprio trabalho. De longe a maior parte dessas necessidades terá de ser satisfeita graças à troca da parte do produto do trabalho de cada um que excede o seu próprio consumo, por aquelas parcelas do produto do trabalho dos outros homens de que ele necessita. Assim, todos os homens vivem da troca, tornando-se, até certo ponto, mercadores, e a própria sociedade se vai transformando numa verdadeira sociedade mercantil.

3. – A partir desta *sociedade mercantil*, na qual as trocas de bens desempenham uma função essencial e a moeda se apresenta como "instrumento universal do comércio, Adam Smith propõe-se examinar "as regras que os homens naturalmente observam ao trocar esses bens, quer uns pelos outros, quer por dinheiro". São estas regras que determinam o *valor relativo* ou *valor de troca* dos bens, noção que Smith distingue claramente da de *valor de uso*. Esta a distinção:

deve observar-se que a palavra VALOR tem dois significados diferentes; umas vezes exprime a utilidade de um determinado objecto; outras, o poder de compra de outros objectos que a posse desse representa. O primeiro pode designar-se por 'valor de uso'; o segundo por 'valor de troca'. As coisas que têm o maior valor de uso têm, em geral, pouco ou nenhum valor de troca; e, pelo contrário, as que têm o maior valor de troca têm, geralmente, pouco ou nenhum valor de uso. Nada é mais útil do que a água: mas com ela praticamente nada pode comprar-se; praticamente nada pode obter-se em troca dela. Pelo contrário, um diamante não tem praticamente qualquer valor de uso; no entanto, pode normalmente obter-se grande quantidade de outros bens em troca dele.

No Capítulo V, Smith (1981) analisa não o problema da *causa, origem ou princípio* do valor, mas o problema da *medida* (i.é, do *padrão de medida*) do valor dos bens, "a verdadeira *medida do valor de troca*" ou "em que consiste o *preço real* de todos os bens". Este problema adquiriu importância fundamental a partir do reconhecimento da existência do excedente nas várias actividades económicas e não já apenas na agricultura, reconhecimento que tornou inadequado o critério fisiocrático de comparação directa entre as quantidades de bens agrícolas existentes no início e no fim do processo produtivo.

O trabalho, enquanto *trabalho abstracto*, está presente em todas as formas de actividade produtiva. Mas, para cada homem (trabalhador) em concreto, o trabalho significa sempre o sacrifício de uma certa "parcela de bem-estar, liberdade e felicidade."

Se cada homem consumisse (utilizasse) apenas os bens por si próprio produzidos, o valor dos bens utilizados corresponderia ao "esforço do nosso próprio corpo" para os produzir: "o verdadeiro preço de todas as coisas - escreve Smith (1981), aquilo que elas, na realidade, custam ao homem que deseja adquiri-las, é o esforço e a fadiga que é necessário dispendir para as obter."

Se se admitir uma sociedade de produtores que trocam (vendem) uma parte dos bens que produzem para obterem por troca (compra) bens produzidos por outros, então, segundo Adam Smith (1981):

aquilo que elas, na realidade, custam ao homem que deseja adquiri-las é o esforço e a fadiga em que é necessário incorrer para as obter. Aquilo que uma coisa realmente vale para o homem que a adquiriu e que deseja desfazer-se dela ou trocá-la por outra coisa é o esforço e a fadiga que ela lhe pode poupar, impondo-os a outras pessoas. Aquilo que compramos, com dinheiro ou em troca de outros bens, é adquirido pelo trabalho, exactamente como aquilo que obtemos à custa do esforço do nosso próprio corpo. Aquele dinheiro ou aqueles outros bens poupam-nos, na verdade, esse esforço. Contém o valor de uma certa quantidade de trabalho, que nós trocamos por algo que, no momento, se supõe conter o valor de idêntica quantidade.

A relação de troca é aqui concebida como *troca de equivalentes*, como troca de *idênticas quantidades de trabalho*. Nestes termos, Adam Smith (1981) pode concluir que:

o trabalho foi o primeiro preço, a moeda original, com que se pagaram todas as coisas. Não foi com ouro ou com prata, mas com trabalho, que toda a riqueza do mundo foi originariamente adquirida; e o seu valor, para aqueles que a possuem e desejam trocá-la por novos produtos, é exactamente igual à quantidade de trabalho que ela lhes permitir comprar ou dominar.

Nas sociedades assentes na divisão do trabalho e na produção com vista à troca (ao mercado), a *riqueza* de cada indivíduo — i. é, o conjunto dos valores de uso que *em cada período* são colocados à sua disposição — depende, fundamentalmente, do trabalho realizado pelos outros (do trabalho contido nas mercadorias produzidas pelos outros indivíduos). O acesso de cada um à riqueza produzida pelos outros depende do *valor de troca* das mercadorias por ele próprio produzidas e que está disposto a trocar por aquelas que não produz. O *valor de troca* consiste, neste sentido, na capacidade de adquirir riqueza (= *valor de uso*). E o valor de troca de uma mercadoria mede-se pela quantidade de trabalho (incluída nas mercadorias produzidas por outrem) que essa mercadoria permite adquirir a quem a possui e não tenciona usá-la para consumo próprio. É a teoria do valor de troca, entendido como *labour commanded*, expressa deste modo logo no parágrafo inicial do Capítulo V de *Riqueza das Nações*:

cada homem é rico ou pobre consoante o grau em que lhe é dado fruir dos bens necessários à vida e ao conforto e das diversões próprias dos seres humanos. Mas, após a divisão do trabalho se ter estabelecido completamente, o trabalho de cada homem só poderá provê-lo de uma pequeníssima parte desses bens. A grande maioria deles terá de ser suprida pelo trabalho de outros homens e, assim, ele será rico ou pobre consoante a *quantidade desse trabalho* sobre que ele pode adquirir domínio, ou que lhe é possível comprar. Portanto, o valor de qualquer mercadoria para a pessoa que a possui e não tenciona usá-la ou consumi-la, mas sim trocá-la por outras mercadorias, é igual à quantidade de trabalho que ela lhe permite comprar ou dominar. O trabalho constitui, pois, a verdadeira medida do valor de troca de todos os bens. [Sublinhado nosso]

E mais à frente, comentando a afirmação de Hobbes de que *riqueza é poder*, Adam Smith (1981, p.121) esclarece que este poder é *poder de compra* (“um certo domínio sobre todo o trabalho, ou sobre todo o produto do trabalho que, nesse momento, se encontra no mercado”):

a fortuna é maior ou menor precisamente na razão directa da dimensão desse poder; ou da quantidade de trabalho de outros homens, ou, o que é o mesmo, do produto do trabalho de outros homens que ela lhe permite comprar ou dominar. O valor de troca de qualquer coisa é sempre precisamente igual à dimensão desse poder que ela confere ao seu possuidor.

Em síntese: nas sociedades baseadas na troca, o valor de qualquer mercadoria *mede-se* pela “quantidade de trabalho que ela permite comprar ou dominar”. O trabalho (*the labour commanded*) constitui a única, “a verdadeira medida do valor de troca de todos os bens.”

Embora reconheça que o trabalho é “a verdadeira medida do valor de troca de todos os bens”, Smith chama a atenção para o facto de que:

é muitas vezes difícil determinar a relação que existe entre duas quantidades de trabalho diferentes. O tempo gasto em dois tipos de trabalho diferentes não basta, por si só, em todos os casos, para definir essa relação. Os diversos graus de dificuldade que as tarefas implicam e os vários graus de perícia nelas aplicados têm igualmente de ser tomados em conta. Pode haver mais trabalho numa hora de duro esforço, que em duas horas de actividade descuidada; ou numa hora de aplicação a uma arte que custou dez anos de trabalho a aprender, que num mês de actividade aplicada a uma tarefa vulgar e óbvia. Mas não é difícil achar uma medida exacta, quer para a dificuldade, quer para a perícia. É certo que, ao trocarem-se uns pelos outros os produtos de diferentes espécies de trabalho, elas são habitualmente, e em certa medida, tomadas em conta. Isso consegue-se, todavia, não pela utilização de uma medida exacta, mas através dos processos de ajuste do mercado, de acordo com aquela espécie de igualdade, que, embora não seja exacta, é suficiente para permitir levar a cabo as actividades da vida corrente.

E observa também que “não é em termos de trabalho que esse valor é normalmente calculado”:

é mais freqüente — escreve Smith (1981) — que cada mercadoria seja trocada por outras mercadorias do que por trabalho; sendo, por consequência, comparada com aquelas.

É, pois, mais natural calcular o seu valor de troca em termos da quantidade de alguma outra mercadoria, do que em termos do trabalho que com ela se pode adquirir. Além disso, a maior parte das pessoas compreende melhor o que se entende por uma certa quantidade de um determinado bem, que por uma quantidade de trabalho. O primeiro é um vulgar objecto palpável; o segundo, uma noção abstracta que, embora possa tornar-se suficientemente inteligível, não é de modo algum tão natural e óbvia.”

(...) Quando cessa a troca directa e a moeda se torna no instrumento generalizado do comércio — continua Smith —, cada mercadoria passa a ser mais frequentemente trocada por moeda do que por qualquer outra mercadoria. (...) Daí que o valor de troca de cada mercadoria seja mais frequentemente calculado em termos da quantidade de moeda por que é possível trocá-la, do que em termos de trabalho ou de qualquer outro bem”.

Mas é o próprio Adam Smith (1981) que logo adverte que:

o ouro e a prata, como todos os outros bens, têm valor variável, sendo umas vezes mais baratos, outras vezes mais caros, umas vezes mais fáceis de adquirir, outras mais difíceis. A quantidade de

trabalho que uma certa quantidade desses metais permite adquirir ou dominar, ou a quantidade de outros bens por que é possível trocá-los, depende, em qualquer momento, da abundância ou escassez das minas conhecidas por essa altura.

Daí a sua conclusão no sentido de rejeitar a moeda como medida do valor dos outros bens e de defender que o trabalho “é a única medida universal e também a única medida justa do valor”, ou seja, “o único padrão em relação ao qual se podem referir os valores de todos os bens, em todos os tempos e lugares”:

tal como uma medida de quantidade cujo valor se altera constantemente, como acontece com o pé, a braça ou a mão-cheia propriamente ditos, nunca pode constituir uma boa medida das outras coisas, também um bem cujo valor constantemente varia nunca pode proporcionar uma medida precisa do valor dos outros bens. (...) Em todos os tempos e lugares é caro aquilo que é difícil de conseguir, aquilo cuja aquisição exige muito trabalho; e é barato aquilo que se obtém facilmente ou com muito pouco trabalho. Portanto, só o trabalho, cujo valor nunca varia, é o genuíno e verdadeiro padrão em termos do qual o valor de todos os outros bens pode, em qualquer momento e lugar, ser estimado e comparado. É esse o seu preço real, a moeda é somente o preço nominal.

4. - No Capítulo VI do Livro I de *Riqueza das Nações*, estuda Adam Smith a questão de saber qual é a *origem do valor*.

Smith começa por conceber uma situação hipotética em que as relações entre os homens decorreriam em conformidade com o direito natural. Designa esta situação como “o rude estado da sociedade, que precede tanto a acumulação do capital como a apropriação da terra”. Nesta situação, a “relação entre a quantidade de trabalho necessário para se obterem diferentes objectos parece ser o único elemento com base no qual se determina a razão de troca.” E Adam Smith (1981, p. 147) exemplifica:

se, por exemplo, num país de caçadores, custa habitualmente o dobro do trabalho matar um castor que matar um veado, um castor valerá ou trocar-se-á naturalmente por dois veados. É natural que aquilo que constitui normalmente o produto de dois dias ou de duas horas de trabalho valha o dobro do que é habitualmente produzido num dia ou numa hora de trabalho.

Surge aqui um novo conceito, o de *trabalho necessário*, i. é, a quantidade de trabalho necessária para se produzir uma mercadoria. E, neste *rude estado da sociedade*, o tempo de trabalho necessário para se produzir qualquer bem é apresentado como o único elemento determinante do valor desse bem: “num tal estado de coisas — explica Smith (1981) —, a totalidade do produto pertence ao trabalhador; e a quantidade de trabalho habitualmente empregada na obtenção ou produção de qualquer bem é o único factor que pode determinar a quantidade de trabalho por que ele poderia normalmente trocar-se, que poderia, por seu intermédio, ser adquirida ou dominada”.²

Na situação hipotética que vimos referindo, o *trabalho necessário* (o *trabalho incorporado* ou *trabalho contido*, como por vezes se diz também), indica qual é a quantidade de trabalho que essa mercadoria *can command*. Por outras palavras: o *labour commanded* é o padrão de medida do valor de troca de qualquer mercadoria; mas é o *trabalho necessário* que regula a quantidade concreta de trabalho que uma qualquer mercadoria permite adquirir.

Este mesmo problema é depois analisado por Adam Smith (1981), tendo em vista a sociedade capitalista, caracterizada pela “acumulação do capital” e pela “apropriação da terra” e, conseqüentemente, por uma estrutura social assente, basicamente, em duas classes sociais: uma classe de indivíduos que dispõem de *riqueza acumulada* nas suas mãos e uma classe de *indivíduos industriais* que nada mais têm de seu além da “sua força e habilidade de mãos”.

Nesta nova sociedade capitalista, as classes sociais são claramente definidas por Adam Smith com base na posição de cada uma delas relativamente à actividade produtiva. O próprio Smith observa que, por vezes, acontece que um ou outro trabalhador “possui o capital suficiente, tanto para comprar as matérias-primas necessárias ao seu trabalho, como para se manter até ele se achar terminado” e para “poder levar o produto do seu trabalho até ao mercado.” Nestas condições, este *produtor independente* “é simultaneamente patrão e operário e usufrui da totalidade do produto do seu trabalho, ou da totalidade do valor que ele acrescenta às matérias-primas sobre as quais se aplica”.

² Mas Adam Smith (1981, p.147-148) chama a atenção para a necessidade de ter em conta determinados aspectos: “Se um tipo de trabalho for mais árduo do que outro, terá, naturalmente, de tomar-se em conta essa maior dificuldade; e o produto de uma hora de trabalho desse tipo, pode, muitas vezes, trocar-se pelo de duas horas de trabalho doutro género. Ou, se uma espécie de trabalho exigir um grau excepcional de destreza e engenho, o apreço em que os homens têm esses talentos levará naturalmente a atribuir ao seu produto um valor superior ao que lhe adviria somente do tempo de trabalho nele gasto. Tais talentos só conseguem normalmente adquirir-se à custa de longa aplicação, e o maior valor atribuído aos seus produtos não será normalmente mais que uma compensação razoável pelo tempo e trabalho gastos em adquiri-los. No estágio avançado da sociedade, a maior dificuldade e a maior perícia são normalmente tomadas em conta nos salários do trabalho, e, provavelmente, na sua fase mais rude e primitiva fazia-se algo de semelhante.

Smith (1981, p.157 e 176) sublinha, porém, que estes trabalhadores independentes são meramente residuais nas economias e nas sociedades emergentes das revoluções burguesas, nas quais “o trabalhador é uma pessoa e o proprietário do capital, que o emprega, é outra”. Nesta equação teórica, Smith parece antecipar Marx, reduzindo a estrutura essencial das sociedades capitalistas a estas duas classes sociais: os *trabalhadores* (desprovidos da propriedade do capital, que têm apenas de seu “a sua força e habilidade de mãos”) e os *proprietários do capital* (que, por disporem de capital acumulado, estão em condições de contratar *indivíduos industriais* e de se apropriarem de uma parte do valor que estes *trabalhadores produtivos* acrescentam ao valor das matérias-primas).

Pois bem. Numa sociedade assim concebida — em que os trabalhadores estão separados das condições objectivas da produção —, o trabalho apresenta-se, para o filósofo escocês, como uma *mercadoria* que se troca directamente por outra mercadoria:

neste estado de coisas, o produto total do trabalho deixa de pertencer sempre aos trabalhadores.(...) E deixa também de ser a quantidade de trabalho habitualmente empregada na obtenção ou na produção de um bem o único factor que pode determinar a quantidade por que ele poderia, normalmente, trocar-se, que poderia, por seu intermédio, ser adquirida ou dominada (SMITH, 1981, p.150).

A quantidade de trabalho que se pode obter por troca com uma determinada mercadoria (*labour commanded*) continua a ser o *padrão de medida* do valor de troca dessa mercadoria. Mas o *trabalho necessário* (o tempo de trabalho normalmente dispendido para produzir ou obter essa mercadoria) deixa de ser “o único factor que pode determinar a quantidade por que ele poderia, normalmente, trocar-se.”

Adam Smith (1981) exprime esta ideia nos seguintes termos:

logo que começa a existir riqueza acumulada nas mãos de determinadas pessoas, algumas delas utilizá-la-ão naturalmente para assalariar indivíduos industriais a quem fornecerão matérias-primas e a subsistência, a fim de obterem um lucro com a venda do seu trabalho, ou com aquilo que esse trabalho acrescenta ao valor das matérias-primas. Ao trocar-se o produto acabado por dinheiro, por trabalho ou por outros bens, numa quantidade superior à que seria necessária para pagar o preço das matérias-primas e os salários dos trabalhadores, parte dela tem de constituir os lucros do empresário do trabalho, que arrisca o seu capital nesta aventura. O valor que os trabalhadores acrescentam às matérias-primas

consistirá, portanto, neste caso, em duas partes, uma das quais constituída pelos respectivos salários, a outra pelos lucros do patrão, relativos ao volume de matérias-primas e salários por ele adiantados. Ele não teria qualquer interesse em empregá-los se não esperasse obter, com a venda do seu trabalho, um pouco mais do que o necessário para reconstituir a sua riqueza inicial; e não teria qualquer interesse em empregar um maior número de bens, de preferência a um volume menor, se os lucros que auferir não fossem proporcionais ao volume do capital empregado.

Quer dizer: “Neste estado de coisas, o produto total do trabalho deixa de pertencer sempre ao trabalhador. Na maioria dos casos, ele é obrigado a partilhá-lo com o proprietário do capital, que o emprega.”

Mas o raciocínio de Smith (1981, p. 148-149) não acaba aqui. Escreve ele:

logo que toda a terra de um país se torna propriedade privada, os seus proprietários, que, como todos os homens, gostam de colher o que nunca semearam, exigem uma renda, mesmo pelas suas produções naturais. A madeira da floresta, a erva do prado, e todos os frutos naturais da terra que, quando era comum, custavam ao trabalhador somente o incomodo de os colher, passam, mesmo para ele, a ter um preço adicional. Passa a ter de pagar a autorização de colhê-los; e terá de entregar ao proprietário uma parte daquilo que o seu trabalho colheu ou produziu. Esta parte, ou, o que é o mesmo, o valor desta parte é a renda da terra, que constitui uma terceira componente do preço da maior parte dos bens.

“Em todas as sociedades — conclui Smith (1981)—, o preço de cada bem corresponde sempre a alguma dessas partes, ou a todas três; e, em todas as sociedades avançadas, todas três entram, em maior ou menor grau, como partes componentes do preço da grande maioria dos bens”.

Nas condições do capitalismo, a configuração do trabalho como mercadoria significa, para Adam Smith, que nem todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador: o valor criado pelo trabalho (acrescentado pelo trabalho às matérias-primas) tem de pagar não só o salário, mas também a renda e o lucro. Sendo assim (i. é, não sendo o *preço natural* das mercadorias igual ao montante dos salários pagos para as obter), o facto de uma mercadoria ser paga pelo dobro de outra não significa que a primeira tenha exigido o dobro do tempo de trabalho dispendido para a obter, em comparação com o trabalho necessário para obter a segunda. O trabalho necessário corresponde apenas à parte do salário, o que significa que o *labour commanded* é superior ao trabalho necessário. Este já não pode regular a quantidade concreta de trabalho que uma qualquer

mercadoria permite adquirir.

Até aqui, a análise de Smith (1981) acerca das partes que compõem o preço dos bens pressupõe a aceitação do princípio segundo o qual *o trabalho é a única origem do valor*. É isto mesmo que Smith (1981) afirma, quando defende que o lucro e a renda são, a par dos salários, parte do “valor que os trabalhadores acrescentam às matérias-primas”. Todo o valor é criado pelo *trabalho vivo*, *deduzindo-se* a esse valor o montante do lucro e da renda, que não vão pertencer aos trabalhadores.

É isto mesmo que Smith (1981) torna claro, quando defende (Capítulo VIII de *Riqueza das Nações*) a concepção da renda e do lucro como *deduções ao produto do trabalho*:

assim que a terra se torna propriedade privada o proprietário passa a exigir uma parte de quase todos os produtos que o trabalhador nela pode criar ou colher. A renda torna-se na primeira dedução ao produto do trabalho que se emprega na terra.

É raro acontecer que a pessoa que cultiva a terra tenha com que manter-se até fazer as colheitas. É geralmente um patrão, o rendeiro que o emprega, que, do seu capital, lhe adianta o sustento, e que não teria qualquer interesse em emprega-lo se lhe não coubesse uma parcela do produto do trabalho, ou seja, se o respectivo capital lhe não fosse restituído com um lucro. Este lucro corresponde a uma segunda dedução ao produto do trabalho empregado na terra.

O produto de quase todo o restante trabalho está sujeito a uma dedução semelhante, devida ao lucro. Em todas as artes e ofícios, a maior parte dos trabalhadores necessita que um patrão lhe adiante as matérias-primas para o seu trabalho, bem como os respectivos salários e manutenção até que ele se ache terminado. O patrão comparticipa do produto do trabalho, ou do valor que ele acrescenta às matérias-primas sobre as quais se aplica; e nessa comparticipação consiste o lucro.

Neste sentido, o trabalho necessário para produzir uma mercadoria cria um valor que é superior ao montante dos salários pagos aos trabalhadores.

Esta diferença é o *excedente*, que vai ser distribuído em rendas e lucros. Alguns autores, incluindo o próprio Marx, têm visto nesta tese de Smith o embrião do conceito marxista de mais-valia e da teoria marxista da exploração (DOBB; NAPOLEONI; LARANJEIRO).

A concepção que fica exposta (fala-se, por vezes, a este propósito, de *teoria dedutiva*) desenvolve o conceito fisiocrático de *excedente* e está na base de uma teoria da distribuição do rendimento, que tem como pano de fundo o conflito social entre os grupos (classes) que vão receber salários, lucros e rendas, cada um deles buscando o maior quinhão do valor criado pelo trabalho produtivo. Foi este entendimento que, depois, foi continuado na obra de Ricardo e de Marx e dos autores que se revêem na perspectiva clássica-marxista da Economia Política.

Creemos que esta perspectiva é a que tem maior peso na obra de Smith (1981) e é a mais lógica no contexto da *Riqueza das Nações*, em consonância com o princípio de que *o trabalho é a fonte originária de todo o valor*, de que só o trabalho produtivo cria um excedente (o ‘bolo’ que vai ser distribuído pelas classes sociais em presença); em consonância com a tese segundo a qual o que conta, como causa do valor, é o *trabalho abstracto* e não qualquer tipo de *trabalho concreto*, cujas características dependeriam do objecto sobre que ele incide; em consonância com o ponto de vista segundo o qual a produtividade do trabalho depende da divisão do trabalho e não de um qualquer dom da natureza; em consonância com a afirmação de que *a renda e o lucro são deduções ao produto do trabalho*, são uma parte, que não cabe aos trabalhadores, do “valor que os trabalhadores acrescentam às matérias-primas”.³

5. - A ideia de que o trabalho é a origem de todo o valor está presente também na noção smithiana de *trabalho produtivo*, à qual contrapõe a de *trabalho improdutivo*.⁴

Na *Introdução de Riqueza das Nações*, Smith (1981) refere-se ao trabalho produtivo como sinónimo

³ Tem sido, no entanto, abundantemente discutida a ambiguidade de Adam Smith no que se refere ao enunciado da teoria do valor (C. NAPOLEONI, *Discurso*, cit., 38, fala de “ambiguidade radical”), que se projectou até hoje na teoria económica. Pode descortinar-se na obra de Smith outra perspectiva, que parece apontar no sentido de que o valor de troca se encontra através da soma de salários, rendas e lucros, determinando-se cada um destes tipos de rendimento independentemente dos outros. Nesta óptica, abandona-se a noção de *excedente* e reduz-se o valor à soma dos custos de produção ou dos preços dos ‘factores de produção’ (a natureza, o trabalho e o capital), preços que dependem das condições dos mercados do trabalho, da terra e do capital, sem relação com um qualquer valor global *criado previamente* pelo *trabalho vivo* produtivo. A esfera das relações de troca surge como uma espécie de ‘sistema autónomo’, isolado dos aspectos institucionais (o estatuto jurídico da propriedade, v.g.), das condições da produção e das relações sociais que a envolvem (cfr. M. DOBB, 148/149). Na sequência de Sraffa, fala-se de *teoria aditiva* (“adding-up-components cost theory”) para referenciar esta concepção de Adam Smith (continuada depois por Nassau Senior, J. Stuart Mill, W. Stanley Yevons, J.-B. Say, Alfred Marshall e toda a teoria neo-clássica), que Schumpeter identifica com o que mais tarde se chamou *teoria do custo de produção* (cfr. J. SCHUMPERTER, 359).

⁴ *Trabalho improdutivo* é o que “não produz qualquer valor, não de fixando nem corporizando em qualquer objecto durável ou mercadoria vendável que continue a existir uma vez terminado o trabalho e que permita adquirir, mais tarde, igual quantidade de trabalho” (*Riqueza das Nações*, I, 582). Um operário é tipicamente um trabalhador produtivo, do mesmo modo que um criado é um típico trabalhador improdutivo. Tal como é improdutivo — salienta Smith — “o trabalho de muitas das mais respeitáveis classes sociais”: “O trabalho dos últimos [dos criados] tem, contudo, o seu valor e merece uma recompensa tal como o primeiro. Mas o trabalho do

de *trabalho útil* (fala mesmo de “trabalhadores úteis e produtivos”), parecendo que considera o trabalho improdutivo como *trabalho inútil*. Mais à frente, no entanto, considera que os serviços prestados pelos trabalhadores improdutivos podem ser *úteis* e até *necessários*.

Mas é no Capítulo III do Livro II que Adam Smith define *trabalho produtivo* como aquele “que eleva o valor do objecto a que é aplicado”, que “origina valor”, que acrescenta “ao valor das matérias-primas a que se aplica o valor da sua própria manutenção e o lucro do patrão.” O trabalho produtivo “fixa-se e corporiza-se em qualquer objecto particular ou mercadoria vendável que dura, pelo menos, durante algum tempo após a conclusão do trabalho”, “como se se armazenasse uma certa quantidade de trabalho para ser utilizada, se necessário, em qualquer outra ocasião”. Da noção de trabalho produtivo ficam, assim, excluídos os *serviços*, que, no tempo em que Smith escreveu, consistiam, fundamentalmente, em serviços pessoais (serviços domésticos), que eram, em regra, consumos de luxo.

Aidéia que emerge com mais força da elaboração de Adam Smith parece ser a que identifica o *trabalho produtivo* com o trabalho que *origina valor*, idéia que se casa perfeitamente com aquela outra segundo a qual o trabalho (o *trabalho abstracto*) é a única fonte de valor. O trabalho produtivo é o que cria riqueza, do qual vão ser *deduzidos* os montantes arrecadados pelos capitalistas e pelos proprietários de terras. O lucro e a renda não se justificam, portanto, enquanto rendimentos criados pelo capital e pela terra, nem representam qualquer remuneração devida a estes “factores de produção” (como defenderá Say). Os capitalistas (os *patrões* ou *empresários*), uma vez pagos os salários aos trabalhadores produtivos, apropriam-se do excedente que estes criaram para além do correspondente ao salário: se os patrões ou empresários (capitalistas) forem rendeiros agrícolas,

então terão de entregar aos proprietários fundiários, a título de *renda da terra*, uma parte do excedente que em primeira mão chamaram a si.

Esta noção é aquela que Marx chamou “a definição correcta”: o valor criado pelo trabalho produtivo e incorporado nos bens produzidos paga o trabalho necessário para produzir estes bens (salário) e deixa ainda um excedente (renda e lucro). Neste sentido, pode dizer-se que o trabalho produtivo é o que produz um excedente: “o valor criado pelos trabalhadores produtivos – escreve Smith –, inclui o valor da sua própria manutenção e o lucro do patrão”.

Este parece ser também o entendimento de Claudio Napoleoni (1974, p.49), quando define a noção smithiana de trabalho produtivo como “aquele trabalho que não só reproduz o valor dos próprios meios de subsistência, mas reproduz também um valor adicional (que é apropriado como renda ou como lucro); podemos agora precisar – acentua Napoleoni –, dizendo que é produtivo aquele trabalho que dá lugar a um produto pelo qual o *labour commanded* é maior que o trabalho incorporado”.

É certo que do texto de Adam Smith (1981) emerge uma outra leitura possível da noção de trabalho produtivo, que a liga ao facto de se fixar ou incorporar em uma *mercadoria vendável*, por contraposição ao trabalho improdutivo, entendido como trabalho que não se fixa nem se incorpora em uma mercadoria vendável, i. é, como serviço que deixa de existir no próprio momento em que é prestado, sem que fique atrás de si qualquer resíduo ou valor que, mais tarde, permita obter igual quantidade desse serviço.

Esta já seria uma leitura dificilmente compatível com a lógica marxista, segundo a qual o que é relevante é a natureza das relações sociais de produção, o que significa que a força de trabalho de um trabalhador assalariado que presta serviços ao seu patrão também pode gerar mais-valia. Cremos,

operário fixa-se e corporiza-se em qualquer objecto particular ou mercadoria vendável, que dura, pelo menos, durante algum tempo após a conclusão do trabalho. É como se se armazenasse *uma certa quantidade de trabalho* para ser utilizada, se necessário, em qualquer outra ocasião. Esse objecto ou, o que é o mesmo, o preço respectivo, pode mais tarde, se necessário, pôr em movimento uma quantidade de trabalho igual à que lhe deu origem. O trabalho de um criado, pelo contrário, não se fixa nem se corporiza em qualquer objecto particular ou numa mercadoria vendável. Os seus serviços deixam, em geral, de existir no próprio instante em que são prestados e raramente deixam atrás de si qualquer resíduo ou valor com o qual se torne possível obter, mais tarde, igual quantidade desse serviço” (*Riqueza das Nações*, I, 582). Por isso Adam Smith defende que “um homem enriquece empregando grande número de operários e empobrece se mantiver uma multidão de criados”. Exactamente porque “o trabalho de um criado nada acrescenta a qualquer valor”, o que significa que “a manutenção de um criado nunca é recuperada”. Pelo contrário: “embora o patrão adiante ao operário os seus salários, ele, na realidade, não implica qualquer dispêndio para o patrão, uma vez que o valor desses salários lhe é, em regra, restituído, com um lucro, por meio do valor acrescido do objecto sobre o qual o operário trabalhou. (...) O trabalho de um operário acrescenta geralmente, ao valor das matérias-primas a que se aplica, o valor da sua própria manutenção e o lucro do patrão” (*Riqueza das Nações*, I, 581). Em consonância com esta concepção, Smith sustenta que os trabalhadores improdutivos são *consumidores puros* (tal como os proprietários de terras), uma vez que se mantêm consumindo “uma parte do produto anual da actividade dos outros indivíduos”. Dentro desta mesma lógica, advoga a ideia segundo a qual os salários dos trabalhadores produtivos desempenham uma *função de capital*, enquanto que a parte da riqueza utilizada na manutenção de trabalhadores improdutivos é retirada do capital, passando a fazer parte da riqueza destinada a *consumo imediato*.

porém, com Maurice Dobb (1977, p.81-83), que “é razoável supor que Adam Smith não encontrou contradição entre as duas definições porque não considerava possível lucro ou mais-valia, a não ser quando o trabalho em questão produzisse um bem vendável. Sem dúvida que as duas noções coincidem em grande parte”.

6. - O que fica dito permite atribuir a Smith (1981) a compreensão (que Marx desenvolveria e esclareceria) de que a dinâmica do processo de produção capitalista assenta na *obtenção de lucros*. Como salienta Ronald Meek (1972, p.35), “em *Riqueza das Nações* a tendência para maximizar o lucro e para acumular capital apresenta-se como o requisito essencial e a causa básica do crescimento da riqueza”.

Nas economias pré-capitalistas, a produção destinava-se à satisfação de necessidades: ou pelo consumo dos próprios bens que cada um produz, ou por troca de uma parte destes bens por outros que esse indivíduo não produz, mas de que igualmente carece. A troca (directa ou monetária, servindo a moeda como *simples intermediário nas trocas*) visa apenas proporcionar a cada interveniente uma satisfação mais adequada das necessidades, mediante a obtenção de um valor de uso maior do que aquele que se dá. Na economia capitalista, o processo assenta na iniciativa dos capitalistas: quem dispõe de dinheiro acumulado, vai utilizá-lo na compra de força de trabalho e de meios de produção, com vista à produção de mercadorias que destina à venda no mercado, para obter *mais dinheiro* do que aquele que utilizara:

logo que começa a existir riqueza acumulada nas mãos de determinadas pessoas – escreve Smith – algumas delas utilizá-la-ão naturalmente para assalariar indivíduos industriais a quem fornecerão matérias-primas e a subsistência, a fim de obterem um lucro com a venda do seu trabalho, ou com aquilo que esse trabalho acrescenta ao valor das matérias-primas. Ao trocar-se o produto acabado por dinheiro, por trabalho ou por outros bens, numa quantidade superior à que seria necessária para pagar o preço das matérias-primas e os salários dos trabalhadores, parte dela tem de constituir os lucros do empresário do trabalho, que arrisca o seu capital nesta aventura. O valor que os trabalhadores acrescentam às matérias-primas consistirá, portanto, neste caso, em duas partes, uma das quais constituída pelos respectivos salários, a outra pelos lucros do patrão, relativos ao volume das matérias-primas e salários por ele adiantados. (SMITH, 1981, p. 148-149).

Nas economias capitalistas – como bem observa Adam Smith (1981) -, “seja qual for a parte da sua riqueza que um homem empregue como capital,

espera que ela lhe seja sempre restituída com um lucro”; aquele que dispõe de *riqueza acumulada* “só aplica capital numa indústria com vista ao lucro”, o que significa que o titular do capital “não teria qualquer interesse em empregar indivíduos industriais se não esperasse obter, com a venda do seu trabalho, um pouco mais do que o necessário para reconstituir a sua riqueza inicial; e não teria qualquer interesse em empregar um maior número de bens, de preferência a um volume menor, se os lucros que auferir não fossem proporcionais ao volume do capital empregado”.

A esta luz, fica claro que o objectivo da produção deixa de ser a obtenção, por troca com os bens produzidos, de outros bens diferentes com valor de uso diferente, mas sim a expansão quantitativa do valor de troca. A obtenção de *mais dinheiro* (Marx falará de *Mehrwert: mais valor* ou *mais-valia*), é, pois, o objectivo directo e o incentivo determinante da produção nos quadros do capitalismo.

Na construção smithiana, a *acumulação do capital* surge como a pedra angular da sua teoria do desenvolvimento económico, uma vez que da dimensão da acumulação do capital depende não só o número de trabalhadores que podem ser utilizados na produção (este número só pode aumentar se aumentarem os “fundos necessários à sua manutenção”, i. é, se aumentar o capital), mas também o nível de produtividade dos trabalhadores produtivos:

a capacidade produtiva (...) só poderá aumentar em consequência ou de um acréscimo do número e melhoria das máquinas e instrumentos que facilitam e reduzem o respectivo trabalho, ou de uma divisão e distribuição do emprego mais adequada”(...) “Em qualquer dos casos torna-se quase sempre necessário um capital adicional. É somente graças a esse capital adicional que o empresário de qualquer oficina pode fornecer aos seus operários maquinaria mais aperfeiçoada, ou pode distribuir o trabalho entre eles de forma mais adequada.

Mais detidamente, Adam Smith (1981, p.494-495) explica:

a quantidade de matérias-primas que pode ser trabalhada pelo mesmo número de pessoas aumenta numa grande proporção, à medida que o trabalho se subdivide cada vez mais; e, porque as tarefas executadas por cada operário se reduzem gradualmente a um maior grau de simplicidade, torna-se possível a invenção de uma variedade de novas máquinas, capazes de facilitar e encurtar tais tarefas. Por conseguinte, é necessário, à medida que progride a divisão do trabalho, e a fim de proporcionar emprego constante a igual número de trabalhadores, armazenar um conjunto de provisões igual ao que é utilizado numa situação de maior atraso, mas um conjunto de

matérias-primas e ferramentas superior ao então necessário. Contudo, o número de trabalhadores em cada ramo de actividade aumenta geralmente com a divisão do trabalho nesse ramo, ou antes, é o aumento do número de trabalhadores que lhes permite classificarem-se e subdividirem-se dessa forma.

(...) a pessoa que emprega o seu capital na manutenção da força de trabalho, com certeza deseja emprega-lo por forma a produzir a maior quantidade possível de trabalho. Procura, portanto, conseguir a mais adequada distribuição de trabalho entre os seus operários e fornecer-lhes as melhores máquinas que tenha possibilidade de inventar ou de adquirir. As suas possibilidades em qualquer destes campos vão geralmente tanto mais longe quanto maior for o capital de que dispuser, ou o número de pessoas que puderem empregar. Deste modo, não só o volume de actividade desenvolvida num país cresce com o acréscimo do capital que a emprega, como, em consequência desse mesmo aumento, idêntico volume de actividade passa a produzir uma quantidade de trabalho muito superior.

Na senda das concepções que alimentaram o movimento religioso da Reforma (“essencialmente uma religião burguesa”, como observou Marx), Adam Smith (1981) explicou a *acumulação do capital* com base nas qualidades dos homens. À partida, todos têm a mesma probabilidade (e o mesmo direito) de enriquecer. Mas verdade é que uns são trabalhadores (industriosos), frugais (parcimoniosos) e inteligentes, enquanto que outros são indolentes (preguiçosos), perdulários e incapazes de gerir bem o dinheiro que ganham. Assim se explicaria que uns sejam ricos e outros não. Na última categoria de pessoas, incluíam-se os trabalhadores, que, por ‘culpa’ sua, nunca poderiam ser ricos: ao longo do século XVIII, a tese, tão difundida, da *preguiça natural das classes trabalhadoras* (o próprio Adam Smith (1981) fala da “tendência para a preguiça nos pobres”) esteve a serviço desta ‘justificação’.⁵

Acompanhemos o raciocínio de Smith (1981, p.592): “Os capitais – escreve ele -, são aumentados pela parcimônia e são reduzidos pela prodigalidade e mau emprego. Por isso é que, a seus olhos, “todo

o pródigo surge como um inimigo público e todo o homem frugal como um benfeitor público”.

Toda a parte do rendimento que uma pessoa poupa acrescenta-a ao seu capital, empregando-a, em seguida, na manutenção de um número adicional de trabalhadores produtivos, ou permitindo que uma outra pessoa o faça, emprestando-lhe essa parte do seu capital contra um juro, ou seja, uma parcela dos lucros. Tal como o capital de um indivíduo apenas pode ser aumentado pelo que ele poupar do seu rendimento ou ganho anual, assim também o capital de uma sociedade, que não é mais do que o conjunto do de todos os indivíduos que a compõem, apenas dessa forma pode ser acrescido.

É a parcimônia, e não o nível de actividade, que é a causa imediata do aumento de capital. Mas é a actividade que fornece aquilo que a parcimônia acumula. No entanto, por mais que a actividade fornecesse capital, se a parcimônia o não poupasse e acumulasse, ele nunca cresceria.

A parcimônia, fazendo aumentar o fundo destinado à manutenção de trabalhadores produtivos, tende a aumentar o número de indivíduos cujo trabalho acrescenta valor ao objecto a que é aplicado. Tende, por consequência, a aumentar o valor de troca do produto anual da terra e do trabalho do país. Aumenta o nível de actividade capaz de fazer aumentar o valor desse produto”.

7. - Fica claro que Adam Smith (1981, p. 476 e 600) compreendeu perfeitamente a importância da *poupança* e da *acumulação do capital* nas sociedades capitalistas. Porque só com base na acumulação do capital pode aumentar o número de trabalhadores produtivos utilizado: “é o capital, empregado com vista à obtenção do lucro, que põe em movimento a maior parte do trabalho útil em todas as sociedades”.

Não há qualquer outra forma de aumentar o produto anual da terra e do trabalho de uma nação – escreve ele – que não seja pelo aumento do número dos trabalhadores produtivos ou da capacidade produtiva dos trabalhadores já antes empregados. É evidente que o número dos trabalhadores produtivos só pode aumentar significativamente em consequência de um aumento do capital, ou seja, de fundos destinados à sua manutenção.⁶

⁵ *Riqueza das Nações*, II, 316. Talvez por isso – e porque, como salienta Rogério Soares (1969, p.60), sendo a riqueza vista como uma bênção de Deus, a indigência significava a denegação da Graça divina - “os pobres fossem tratados da mesma desapiadada maneira” que os criminosos e os vagabundos. Perante estas concepções smithianas, comentou Marx que a acumulação original assim entendida “desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel que o pecado original na teologia (...). Num tempo remoto, havia, de um lado, uma elite diligente, inteligente, e, sobretudo, frugal, e, do outro, uma escumalha preguiçosa, que dissipava tudo o que tinha a mais (...). E deste pecado original – conclui Marx (*O Capital*, ed. cit., 104/105) – datam a pobreza da grande massa, a qual continua, a despeito de todo o trabalho, a não ter para vender a não ser a si própria, e a riqueza de uns poucos, a qual cresce continuamente, embora eles há muito tenham deixado de trabalhar”. A Reforma abriu o caminho às concepções deterministas que mais tarde vieram a informar as teorias que procuraram ‘legitimar’ o racismo e que tentaram (e tentam) ‘explicar’ o subdesenvolvimento como um fenómeno perfeitamente natural, dadas as características ‘naturais’ dos povos dos países ‘subdesenvolvidos’ e das regiões em que habitam.

⁶ Noutro ponto da *Riqueza das Nações*, Adam Smith (1981, p. 634) observa que “quando o capital de um país não for suficiente para atender àquelas três finalidades [manter o cultivo, as manufacturas e os transportes], quanto maior for a parte dele empregada na agricultura, tanto maior será a quantidade de trabalho produtivo que ele movimentará dentro do país, e o mesmo acontecerá com o valor acrescentado pelo emprego desse capital ao produto da terra e do trabalho da sociedade em cada

E porque só com base na acumulação do capital pode aumentar a produtividade: “Quanto à capacidade produtiva do mesmo número de trabalhadores – observa Smith –, ela só poderá aumentar em consequência ou de um acréscimo do número e melhoria das máquinas e instrumentos que facilitam e reduzem o respectivo trabalho, ou de uma divisão e distribuição do emprego mais adequada.” Daí a sua conclusão: “em qualquer dos casos, torna-se quase sempre necessário um capital adicional. É somente graças a esse capital adicional que o empresário de qualquer oficina pode fornecer aos seus operários maquinaria mais aperfeiçoada, ou pode distribuir o trabalho entre eles de forma mais adequada.”

Mais detidamente, Adam Smith (1981, p.494 - 495) explica:

a quantidade de matérias-primas que pode ser trabalhada pelo mesmo número de pessoas aumenta numa grande proporção, à medida que o trabalho se subdivide cada vez mais; e, porque as tarefas executadas por cada operário se reduzem gradualmente a um maior grau de simplicidade, torna-se possível a invenção de uma variedade de novas máquinas, capazes de facilitar e encurtar tais tarefas. Por conseguinte, é necessário, à medida que progride a divisão do trabalho, e a fim de proporcionar emprego constante a igual número de trabalhadores, armazenar um conjunto de provisões igual ao que é utilizado numa situação de maior atraso, mas um conjunto de matérias-primas e ferramentas superior ao então necessário. Contudo, o número de trabalhadores em cada ramo de actividade aumenta geralmente com a divisão do trabalho nesse ramo, ou antes, é o aumento do número de trabalhadores que lhes permite classificarem-se e subdividirem-se dessa forma.

(...) a pessoa que emprega o seu capital na manutenção da força de trabalho, com certeza deseja empregá-lo por forma a produzir a maior quantidade possível de trabalho. Procura, portanto, conseguir a mais adequada distribuição de trabalho entre os seus operários e fornecer-lhes as melhores máquinas que tenha possibilidade de inventar ou de adquirir. As suas possibilidades em qualquer destes campos vão geralmente tanto mais longe quanto maior for o capital de que dispuser, ou o número de pessoas que puderem empregar. Deste modo, não só o volume de actividade desenvolvida num país cresce com o acréscimo do capital que a emprega, como, em consequência desse mesmo aumento, idêntico volume de actividade passa a produzir uma quantidade de trabalho muito superior.

O seu *optimismo* acerca da dinâmica destas sociedades no sentido do *progressive state* (através de um *processo de crescimento auto-sustentado*) assenta no pressuposto de que a *prodigalidade* é o fruto da “paixão pela fruição presente que, por vezes, embora violenta e difícil de dominar, é, em geral, apenas momentânea e ocasional”, enquanto que “o princípio que leva o indivíduo a poupar é o desejo de melhorar a sua situação, desejo que, embora normalmente calmo e controlado, nos acompanha desde o berço e não nos abandona até ao túmulo”.

O quadro fica completo, se tivermos em conta este outro pressuposto do pensamento smithiano: “o esforço natural de cada indivíduo para melhorar a sua própria condição, quando lhe é permitido exercê-lo com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso que só por si e sem qualquer outro contributo é não só capaz de criar a riqueza e prosperidade de uma sociedade como ainda de vencer um grande número de obstáculos com que a insensatez das leis humanas tantas vezes cumula as suas ações” (SMITH, 1981, p.68).

Adam Smith (1981) salienta, porém, que confia na *parcimônia* e na *prudência* dos indivíduos privados, mas atribui ao estado os defeitos da *prodigalidade* e do *mau emprego* dos capitais. Rejeita, pois, qualquer papel activo do estado no processo de acumulação do capital, designadamente cobrando receitas, através de impostos sobre os rendimentos privados, com o objectivo de fazer despesas que se substituam às despesas dos particulares.

Assim se exprime o filósofo:

as grandes nações não são jamais arruinadas pela prodigalidade e o mau emprego dos capitais privados, embora às vezes o sejam pelos públicos. Na maior parte dos países, a totalidade ou a quase totalidade das receitas públicas é empregada na manutenção de indivíduos não produtivos. É o caso de todos os que compõem uma corte numerosa e esplêndida, uma grande instituição eclesiástica, armadas e exércitos numerosos que em tempos de paz nada produzem e em tempos de guerra nada adquirem que possa compensar o dispêndio incorrido com a sua manutenção, ainda que só durante o período de duração da guerra. Toda essa gente, dado que nada produz, tem de ser mantida pelo produto do trabalho de outros homens. Deste modo, quando se multiplicam para além do necessário, podem, num ano, consumir uma parcela tão elevada daquele produto que a parte restante não baste para manter os trabalhadores produtivos, necessários

ano. A seguir à agricultura, é o capital empregado nas indústrias que movimenta a maior quantidade de trabalho produtivo e acrescenta o maior valor ao produto anual. O que é empregado no comércio de exportação é o que, dos três, produz o menor efeito.” Perpassa aqui um certo apego à valorização fisiocrática da agricultura, que contrasta com a compreensão da importância da indústria e do papel da divisão do trabalho nesta nova actividade económica capitalista.

à reprodução do ano seguinte. Assim, a produção do ano seguinte será inferior à desse ano e, se se mantiver o mesmo desconcerto, a do ano a seguir reduzir-se-á ainda mais. Pode acontecer que esses indivíduos improdutivos, que deviam ser mantidos apenas por uma parte do rendimento disponível do conjunto das pessoas, cheguem a consumir uma parcela tão grande da totalidade de rendimento, obrigando tão elevado número de indivíduos a consumir o respectivo capital, ou seja, os fundos destinados à manutenção do trabalho produtivo, que a frugalidade e adequado emprego dos capitais por parte dos indivíduos não seja suficiente para compensar a perda e degradação do produto originadas por esse violento e forçado abuso.

Todavia, na maior parte das ocasiões, esta frugalidade e adequado emprego de capitais são, ao que a experiência mostra, suficientes para compensar não só a prodigalidade e mau emprego de capitais privados, mas também a extravagância pública dos governos. O esforço uniforme, constante e ininterrupto de todos os homens para melhorar a sua situação, princípio de que deriva originariamente a opulência pública e nacional, tal como a privada, é muitas vezes suficientemente poderoso para manter o progresso natural das coisas no sentido da sua melhoria, a despeito tanto da extravagância do governo como dos erros da administração. Tal como o princípio desconhecido da vida animal consegue muitas vezes restituir a saúde e o vigor à constituição, apesar não só da doença, mas também dos absurdos tratamentos prescritos pelo médico. (SMITH, 1981, p.600)

Mas Adam Smith (1981) acrescenta ainda outra exigência: as virtudes privadas da *frugalidade* e da *prudência* só produzirão os seus efeitos benéficos se o estado não limitar a *liberdade individual*, nem sequer para limitar os consumos de luxo, através de leis sumptuárias ou da proibição da importação de bens de luxo.

Vejam os que diz o próprio Smith (1981, p.593):

ainda que a prodigalidade do governo tenha, sem dúvida, retardado o progresso natural da Inglaterra no sentido da riqueza e do desenvolvimento, não lhe foi possível impedi-lo.

(...) o produto anual da terra e do trabalho do país é agora, sem dúvida, muito superior ao registado ao tempo quer da restauração, quer da revolução. Deve, por conseguinte, ser também muito elevado o capital anualmente empregado no cultivo das suas terras e na manutenção do seu trabalho. No meio de todas as exigências do governo, esse capital foi silenciosa e gradualmente acumulado pela frugalidade e bom emprego dos capitais por parte dos particulares, pelo seu universal, contínuo e ininterrupto esforço para melhorar a situação de cada um. Foi este esforço,

protegido pela lei e acompanhado da liberdade de exercer-se da forma mais proveitosa, que manteve a Inglaterra no caminho da riqueza e do progresso, em todos os tempos passados, e esperamos bem que o continue a conseguir em todos os tempos vindouros. Contudo, assim como a Inglaterra nunca beneficiou de um governo frugal, também jamais contou a parcimônia entre as virtudes características dos seus habitantes. Por consequência, constitui a maior impertinência e presunção por parte dos reis e ministros o pretenderem fiscalizar a economia dos cidadãos e restringir os seus gastos, seja através de leis sumptuárias, seja pela proibição da importação de bens de luxo. Eles são sempre, e sem excepção, os maiores perdulários que existem na sociedade. Cuidem bem dos seus próprios gastos e poderão confiadamente deixar aos particulares o cuidado dos deles. Se a extravagância dos governantes não arruinar o estado, poderemos estar certos de que a dos súbditos jamais o fará.

O *optimismo* do sistema smithiano fica completo, se tivermos em conta que Smith (tal como Say e Ricardo) entendia que a poupança é sempre totalmente investida. Estariam assim criadas as condições para que o progresso económico se verificasse sem riscos de situações permanentes de desequilíbrio global.

Acompanhemos Adam Smith (1981, p.593):

aquilo que anualmente é poupado é tão regularmente consumido como o que é anualmente despendido, e praticamente também no mesmo período; simplesmente é consumido por um diferente conjunto de pessoas. A parte do seu rendimento anualmente despendida por um indivíduo rico é, na maior parte dos casos, consumida por convidados ociosos e por criados que nada deixam atrás de si em troca do que consomem. Quanto à parte que anualmente poupa, dado que, com vista à obtenção de um lucro, é imediatamente aplicada como capital, é de igual modo consumida, e praticamente durante o mesmo período, mas por um conjunto diferente de pessoas, trabalhadores do campo, operários e artífices, que reproduzem, com um lucro, o valor do respectivo consumo anual.

8. - Em sede da teoria da distribuição do rendimento, embora faça apelo a determinadas *leis naturais* e se proponha analisar as leis segundo as quais o produto se distribui *naturalmente* entre as diferentes classes de cidadãos, Adam Smith (1981, p.211 - 219) assume com suficiente clareza o *carácter conflituante* dos interesses dos titulares das várias categorias de rendimento, na medida em que cada uma dessas categorias de rendimento (salários, rendas e lucros) só pode aumentar à custa da diminuição de outra (ou de outras):

as subidas e descidas dos lucros do capital escreve Adam Smith (1981, p. 211 – 219) dependem das

mesmas causas que determinam os aumentos e as diminuições dos salários do trabalho (...), mas essas causas afectam uns e outros de maneira muito diferente”, pelo que “altos salários do trabalho e altos lucros do capital são coisas que talvez raramente coexistam, excepto nas circunstâncias especiais das novas colónias.

Mas os princípios de filosofia social de Adam Smith esbatem esta conflitualidade, para abrirem caminho a um mundo de harmonia, em que todos os interesses se conciliam.

“Todo o homem — escreve Smith —, desde que não viole as leis da justiça, tem direito a lutar pelos seus interesses como melhor entender e a entrar em concorrência, com a sua indústria e capital, com os de qualquer outro homem, ou ordem de homens”.

O autor parte do princípio de que “um homem só aplica capital numa indústria com vista ao lucro”, “esforça-se continuamente por encontrar o emprego mais vantajoso para o capital que detém” e “não pretende, normalmente, promover o bem público, nem sabe até que ponto o está a fazer”.

Apesar disto, Smith (1981, p.231 - 232) acredita que “cada um trabalha, *necessariamente*, para que o rédito anual da sociedade seja o maior possível, (...) guiado por uma *mão invisível* a atingir um fim que não fazia parte das suas intenções”. Seria assim, pelo menos, numa “sociedade onde se permitisse que as coisas seguissem o seu curso natural, onde houvesse liberdade perfeita e onde cada homem fosse totalmente livre de escolher a ocupação que quisesse e de a mudar sempre que lhe aprouvesse”. Nesta sociedade ideal, o seu próprio interesse levaria cada homem “a procurar os empregos vantajosos e a evitar os desfavoráveis”. Cada indivíduo, conclui Smith, “ao tentar satisfazer o seu próprio interesse, promove, frequentemente, de um modo mais eficaz, o interesse da sociedade, do que quando realmente o pretende fazer. (...) Na verdade, aquilo que [cada indivíduo] tem em vista é o seu próprio benefício e não o da sociedade. Mas o juízo da sua própria vantagem leva-o, *naturalmente* — ou melhor, *necessariamente* —, a preferir o emprego mais vantajoso para a sociedade”.

Esta confiança no individualismo, nas virtudes do “sistema de liberdade natural”, radica numa *antropologia optimista* que representa a ultrapassagem do *pessimismo*, característico da filosofia social de Hobbes.

Segundo Hobbes, a natureza humana é essencialmente egoísta. E o egoísmo transformaria o homem no inimigo do homem (*homo homini lupus*), caracterizando-se o estado de natureza como um estado de guerra permanente (*bellum omniium contra omnes*). A antropologia pessimista que informa o

selfish system hobbesiano arrasta a conclusão de que a sociedade civil não pode constituir-se sem a intervenção coerciva do estado, a qual implica que os homens renunciem à sua própria liberdade. Daí o *Leviathan*.

Ao irracionalismo deste estado natural de guerra vem Locke contrapor uma lei racional, eventualmente inspirada pela natureza divina, que o leva a uma visão antropológica optimista. No estado de natureza, o homem é essencialmente bom. A harmonia só não se realiza porque a natureza física é avara, o que implica a afirmação da desigualdade natural como a outra característica do estado de natureza.

Porque se trata de *desigualdade natural*, o estado não pode pretender superá-la. Em Locke, o estado já não é configurado como a fonte da sociedade civil, mas também não se lhe reconhecem condições para resolver o conflito social inerente a uma sociedade que assenta na liberdade de cada indivíduo. Liberdade que consiste essencialmente na liberdade de adquirir uma propriedade com base no seu trabalho, propriedade que o estado (o estado liberal) deve garantir.

Foi David Hume o primeiro autor que conseguiu escapar à ideia de que a conflitualidade social é inerente a uma sociedade que se rege pelo *princípio do egoísmo*.

Colocando-se no plano da filosofia moral, Hume renunciou a uma crítica racionalista do pessimismo de Hobbes, preferindo caracterizar os homens por um *sentimento*, oposto ao egoísmo, que leva cada um a desejar o que é útil ou agradável para os outros. David Hume designa-o por *simpatia*, *benevolência* ou *sentido de humanidade*.

A *simpatia* surge, deste modo, como a fonte dos *juízos morais* (juízos de aprovação para a *virtude*, para tudo o que é útil do ponto de vista individual e social), e também como a origem de um *comportamento virtuoso*, na medida em que a simpatia conduz cada indivíduo a agir para o bem dos outros como a melhor forma de conseguir um sistema de relações sociais que seja mais vantajoso para si próprio. Na síntese de Napoleoni (1974, p.34), “enquanto a filosofia do egoísmo não permite ao indivíduo reconhecer qualquer outra utilidade imediata, Hume avança até chegar a reconhecer nos homens um *sentimento de humanidade* suficiente para que cada um seja capaz de reconhecer não apenas a sua própria utilidade, mas também a utilidade dos outros”.

Assim autonomizada a dimensão moral, a *simpatia* permite harmonizar, nesta esfera da vida humana, o interesse individual e o interesse colectivo. Mas ficam de fora outras dimensões da vida humana em que o egoísmo pode continuar como fonte de

conflitos. Permanecia, ao menos implicitamente, o reconhecimento do *dualismo psicológico* como característica dos homens.

A ultrapassagem deste dualismo foi sugerida pela primeira vez na famosa *Fábula das Abelhas*, de Bernard Mandeville (*The Fable of the Bees: or Private Vices, Public Benefits*, 1714). Nas palavras do próprio, é esta a tese de Mandeville:

orgulho-me de ter demonstrado que não são nem as qualidades de bondade ou as afeições delicadas naturais ao homem, nem as reais virtudes que ele é capaz de adquirir pela razão e pela abnegação, que constituem o fundamento da sociedade; mas que aquilo a que no mundo chamamos mal, tanto moral como natural, é o grande princípio que faz de nós criaturas sociáveis, a base sólida, a vida e o apoio de todas as actividades e de todos os empregos, sem excepção; que é nele que devemos procurar a verdadeira origem de todas as artes e de todas as ciências, e que, no momento em que o mal desapareça, a sociedade se deteriora, se não se dissolver inteiramente.

Adam Smith critica Mandeville (1981, p. 58-59) por considerar como *vícios* certas qualidades (ou paixões) que, em seu juízo, o não são. Em termos tais, – enfatiza Smith que “até uma camisa lavada ou uma habitação confortável são um vício”. (...) “É graças a este sofisma que chega à sua conclusão predilecta de que os vícios privados constituem virtudes públicas”. No entanto, Smith não deixou de reconhecer que o sistema do Dr. Mandeville estava, “em alguns casos, muito próximo da verdade”. Compreende-se, por isso, a sintonia de certas passagens de *Riqueza das Nações* com a tese de Mandeville.

Dois trechos para o comprovar:

o esforço natural de cada indivíduo para melhorar a sua própria condição constitui, quando lhe é permitido exercer-se com liberdade e segurança, um princípio tão poderoso que, sozinho e sem ajuda, é não só capaz de levar a sociedade à riqueza e prosperidade, mas também de ultrapassar centenas de obstáculos inoportunos que a insensatez das leis humanas demasiadas vezes opõe à sua actividade (p.68).

Numa sociedade civilizada o homem necessita constantemente da ajuda e cooperação de uma imensidade de pessoas, e a sua vida mal chega para lhe permitir conquistar a amizade de um pequeno número. Em quase todas as outras espécies animais, cada indivíduo, ao atingir a maturidade, é inteiramente independente, e, no seu estado normal, não necessita da ajuda de qualquer outro ser vigente. Mas o homem necessita quase constantemente do auxílio dos seus congéneres e seria vão esperar obtê-lo somente da sua bondade. Terá maior probabilidade de alcançar o que deseja se conseguir interessar o egoísmo deles a seu favor e convencê-los de que terão vantagem

em fazer aquilo que ele deles pretende. Quem quer que propõe a outro um acordo de qualquer espécie, propõe-se conseguir isso. Dá-me isso, que eu quero, e terás isto, que tu queres, é o significado de todas as propostas desse género; e é por esta forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos favores e serviços de que necessitamos. Não é da bondade do homem do talho, do cervejeiro ou do padeiro que podemos esperar o nosso jantar, mas da consideração em que eles têm o seu próprio interesse. Apelamos, não para a sua humanidade, mas para o egoísmo, e nunca lhes falamos das nossas necessidades, mas das vantagens deles. Ninguém, a não ser um mendigo, se permite depender essencialmente da bondade dos seus concidadãos. Até mesmo um mendigo não depende inteiramente dela (1985, p. 94-95)..

Verdadeiramente, a tese contida no sistema de Mandeville pode reconduzir-se à ideia de que é impossível prescindir em absoluto da presença e das consequências do móbil egoísta no comportamento dos homens em sociedade. Nestes termos, a ultrapassagem do dualismo psicológico acima referido só poderia conseguir-se atribuindo ao egoísmo um papel socialmente positivo. É este o sentido da construção smithiana da *mão invisível*, ao arrepio do preconceito largamente difundido no século XVIII, segundo o qual toda a acção motivada pelo interesse privado é, por isso mesmo, anti-social (DOBB; NAPOLEON; BLAUG).

Adam Smith começa por aceitar a concepção de Hume que faz assentar o fundamento da moral (da virtude) na utilidade simultaneamente individual e social da ação dos homens e que faz da *simpatia* a origem do juízo moral e do comportamento moral. Depois, tal como David Hume autonomizara a esfera moral, Adam Smith autonomiza a esfera da actividade económica e sustenta que, nesta dimensão do comportamento humano – em que se verifica a formação e o desenvolvimento da riqueza –, o móbil egoísta justifica-se nos mesmos termos que a simpatia na esfera moral. Na esfera económica, a utilidade dos particulares concilia-se com a utilidade da sociedade na medida em que cada um, “desde que não viole as leis da justiça”, prossiga o seu próprio objectivo de obter o máximo lucro e o máximo de segurança “em concorrência, com a sua indústria e capital, com os de qualquer outro homem, ou ordem de homens”.

Na esfera da actividade económica, os *vícios privados* de que falava Mandeville não são, afinal, vícios. O egoísmo surge, aqui, como um elemento positivo, desde que a prossecução do interesse de cada um não impeça os outros de prosseguir igualmente o seu próprio interesse. Na síntese de Carlos Laranjeiro (1985, p.68), *Riqueza das Nações* representa, neste plano, “a tentativa de prova de

que o *self-interest* está para a economia como a *simpatia* está para a moral. O conjunto social torna-se harmonioso, já que ambos permitem obter a maximização individual e colectiva”.

Vale a pena atentar de novo nestes dois trechos muito conhecidos de *Riqueza das Nações*:

cada indivíduo esforça-se continuamente por encontrar o emprego mais vantajoso para qualquer que seja o capital que detém. Na verdade, aquilo que tem em vista é o seu próprio benefício e não o da sociedade. Mas o juízo da sua própria vantagem leva-o, naturalmente –, melhor, necessariamente –, a preferir o emprego mais vantajoso para a sociedade”.

cada um trabalha, necessariamente, para que o rédito da sociedade seja o maior possível. Na realidade, ele não pretende, normalmente, promover o bem público, nem sabe até que ponto o está a fazer. (...) Ao dirigir essa indústria, de modo que a sua produção adquira o máximo valor, só está a pensar no seu próprio ganho, e, neste como em muitos outros casos, está a ser guiado por uma mão invisível a atingir um fim que não fazia parte das suas intenções nem nunca será muito mau para a sociedade que ele não fizesse parte das suas intenções. Ao tentar satisfazer o seu próprio interesse, promove, freqüentemente, de modo mais eficaz, o interesse da sociedade, do que quando realmente o pretende fazer. Nunca vi nada de bom, feito por aqueles que se dedicaram ao comércio pelo bem público. Na verdade, não é um tipo de dedicação muito comum entre os mercadores, e não são necessárias muitas palavras para os dissuadir disso. (SMITH, 1981, p.755 – 758).

9. - Fiel à sua filosofia individualista (porventura algo contraditória com a importância que atribui à divisão do trabalho), Adam Smith sustenta que a vida econômica decorrerá harmoniosamente, desde que se deixem as coisas seguir o seu curso natural.

Mas a verdade é que o professor de Glasgow não ignora, como já salientamos, o *carácter conflituante* da sociedade em que se insere e revela mesmo a percepção de que o conflito essencial presente nesta sociedade é o que opõe os *trabalhadores assalariados* e os *proprietários do capital*, classes “cujos interesses não são de modo algum idênticos”.

Esta diferença de posições (e conseqüente antagonismo de interesses) explica-a Smith como conseqüência dos diferentes *poderes* de que

dispõem, nas sociedades capitalistas, os patrões (por serem “proprietários do capital”) e os operários (por possuírem apenas “a sua força e habilidade de mãos”, por não possuírem “o capital suficiente, tanto para comprar as matérias-primas necessárias ao seu trabalho, como para se manter até ele se achar terminado”). Tudo se reduz ao facto de uma classe de pessoas deter a propriedade do capital e outra(s) classe(s) estar(em) privada(s) dela.

As relações sociais não aparecem, pois, na obra de Smith, como relações entre indivíduos iguais. Ele tem clara consciência de que “sempre que há muita propriedade, há grande desigualdade”, de que “por cada homem rico haverá, pelo menos, quinhentos homens pobres”, e de que “a propriedade de uns poucos pressupõe a indigência de muitos”. E sabe que nas “nações civilizadas e prósperas (...) um grande número de pessoas não exerce qualquer actividade e muitas delas consomem o produto de dez vezes, freqüentemente de cem vezes, mais trabalho do que aqueles que as exercem”.

Nestas condições, admitirá Adam Smith uma qualquer intervenção do estado com fins correctivos?

De modo nenhum, porque “ferir os interesses de uma classe de cidadãos, por mais ligeiramente que possa ser, sem outro objectivo que não seja o de favorecer os de qualquer outra classe, é uma coisa evidentemente contrária àquela justiça, àquela igualdade de protecção que o soberano deve, indistintamente, aos seus súbditos de todas as classes.

Como bom liberal, Adam Smith defende que o máximo de utilidade social se consegue, quando a vida econômica decorre naturalmente, prosseguindo cada um o seu próprio interesse. Segundo esta concepção, a economia (separada do estado) funciona de acordo com as suas próprias leis, *leis naturais*, *leis de validade absoluta e universal*: a *ordem natural* harmoniza todos os interesses a partir da natural actuação de cada um no sentido de obter o máximo de satisfação com o mínimo de esforço.⁷ Deste “fetichismo naturalístico” (Oskar Lange) derivam os economistas clássicos duas considerações fundamentais:

a) por um lado, uma *atitude conformista* perante as ocorrências da vida econômica: elas decorrem das *leis da natureza* e o que é natural é justo (a *lei moral* identifica-se com a *lei natural*);

⁷ Apesar de aceitar a ‘fatalidade’ das leis naturais, Smith contraria algumas das ideias correntes no seu tempo ao defender que, se não fossem estas ‘leis’, seria perfeitamente razoável, socialmente justo e economicamente vantajoso que os salários fossem superiores ao mínimo histórico de subsistência. Por estas e outras razões, cremos que tem razão Fernando Araújo quando se refere ao “ardor republicano e igualitário que anima a obra do filósofo escocês” (ob. cit., 1239), que, por certo, não daria a todos os que, ainda hoje, procuram alicerçar a produtividade em políticas e práticas de salários baixos (Riqueza das Nações, I, 196-198, 200-203 e 228/229).

b) por outro lado, uma atitude de condenação de toda e qualquer intervenção do estado na vida econômica. Em 1º lugar, porque a vida econômica e a ordem social são consideradas partes integrantes da *ordem natural*, regulada por leis que exprimem princípios eternos e universais da *natureza humana*, leis tão rigorosas e inalteráveis como as leis da física (*concepção mecanicista* ou *fisicista*, de raiz newtoniana); em 2º lugar, porque defendem que o estado, como máquina essencialmente política, é, pelas suas próprias funções, incompetente para a actuação econômica (Smith: “não há dois caracteres que pareçam mais contrários do que os do comerciante e do governo.”).

A vida econômica, assim entendida, é o fundamento da sociedade civil, o princípio da própria existência do estado, cujas funções devem restringir-se ao mínimo compatível com a sua capacidade para garantir a *cada um* e a *todos*, em condições de plena liberdade, o direito de lutar pelos seus interesses como melhor entender.

Conclusão

Adam Smith é considerado o ‘pai’ da doutrina do *estado mínimo* e é muitas vezes invocado, nesta qualidade paternal, para justificar as propostas dos neoliberais dos nossos dias.

É claro o ponto de vista de Smith (1981, p.284 - 285) a este respeito:

o soberano – escreve ele – fica totalmente liberto (...) do dever de superintender o trabalho das pessoas privadas e de o dirigir para as actividades mais necessárias à sociedade. Segundo o sistema de liberdade natural, o soberano tem apenas três deveres a cumprir. Três deveres de grande importância, na verdade, mas simples e perceptíveis para o senso comum: em primeiro lugar, o dever de proteger a sociedade da violência e das invasões de outras sociedades independentes; em segundo lugar, o dever de proteger, tanto quanto possível, todos os membros da sociedade da injustiça ou opressão de qualquer outro membro, ou o dever de estabelecer uma administração da justiça; e, em terceiro lugar, o dever de criar e preservar certos serviços públicos e certas instituições públicas que nunca poderão ser criadas ou preservadas no interesse de um indivíduo ou de um pequeno número de indivíduos, já que o lucro jamais reembolsaria a despesa de qualquer indivíduo ou pequeno número de indivíduos, embora possa, muitas vezes, fazer mais do que reembolsar esse lucro a uma grande sociedade.

Mas cremos que esta tese de Smith tem em vista as estruturas do poder político do estado absoluto, ao serviço de interesses de tipo feudal, que o filósofo

criticou por ineficientes e improdutivo: “na maior parte dos países, a totalidade ou a quase totalidade das receitas públicas é empregada na manutenção de indivíduos não produtivos”. Entre estes *indivíduos não produtivos*, inclui Adam Smith (1981, p.292 – 599).

muitas das mais respeitáveis classes sociais, (...) o soberano, por exemplo, bem como todos os funcionários tanto da justiça como da guerra que servem sob as suas ordens, todo o exército e toda a marinha”, “todos os que compõem uma corte numerosa e esplêndida, uma grande instituição eclesiástica, armadas e exércitos poderosos que em tempos de paz nada produzem e em tempos de guerra nada adquirem que possa compensar o dispêndio incorrido com a sua manutenção, ainda que só durante o período de duração da guerra. Toda essa gente $\frac{3}{4}$ remata Adam Smith $\frac{3}{4}$, dado que nada produz, tem de ser mantida pelo produto do trabalho de outros homens.

É este ‘estado’ parasita e perdulário que Adam Smith (1981, p.582 e 599 – 600) pretende reduzir a *estado mínimo*. Com esta justificação:

quando se multiplicam [essa gente e essas estruturas] para além do necessário, podem, num ano, consumir uma parcela tão elevada daquele produto [o produto do trabalho de outros homens] que a parte restante não baste para manter os trabalhadores produtivos, necessários à reprodução do ano seguinte. Assim, a produção do ano seguinte será inferior à desse ano e, se se mantiver o mesmo desconcerto, a do ano a seguir reduzir-se-á ainda mais. Pode acontecer que esses indivíduos improdutivo, que deviam ser mantidos apenas por uma parte do rendimento disponível do conjunto das pessoas, cheguem a consumir uma parcela tão grande da totalidade do rendimento, obrigando tão elevado número de indivíduos a consumir o respectivo capital, ou seja, os fundos destinados à manutenção do trabalho produtivo, que a frugalidade e o adequado emprego dos capitais por parte dos indivíduos não seja suficiente para compensar a perda e degradação do produto originadas por esse violento e forçado abuso.

Esta apreciação de Adam Smith poderá aplicar-se, ainda hoje, a muitos estados dominados por oligarquias corruptas e por ditadores sem escrúpulos, mas não serão inteiramente adequadas à situação dos estados democráticos em países de economias complexas e desenvolvidas.

Por outro lado, é de salientar a preocupação de Smith (1981, p.333) em responsabilizar o estado por uma série de serviços públicos, deixando claro que é dever do soberano:

a criação e a manutenção daqueles serviços e instituições que, embora possam ser altamente benéficos para uma sociedade, são, todavia, de uma natureza tal que o lucro jamais poderia

compensar a despesa para qualquer indivíduo ou pequeno número de indivíduos, não se podendo, portanto, esperar a sua criação e manutenção por parte de qualquer indivíduo ou pequeno número de indivíduos. A concretização deste dever exige despesas de variadíssimos graus nos diferentes períodos da sociedade.

Depois das instituições públicas e dos serviços públicos necessários para a defesa da sociedade e para a administração da justiça – acrescenta Smith – os outros serviços e instituições deste tipo são fundamentalmente aqueles criados com vista a facilitar o comércio da sociedade e a promover a instrução do povo.” E acrescenta, num toque de grande modernidade: “As instituições de instrução são de dois tipos: as que visam a instrução da juventude e as que visam a de pessoas de todas as idades.

A verdade é que, entre os neoliberais de hoje, não falta quem considere demasiado permissivo e ‘perigoso’ o critério de Smith (1981, p.146) para delimitar a ação do estado:

quase não há nenhuma actividade $\frac{3}{4}$ escreveu Milton Friedman em 1976 $\frac{3}{4}$ que não se tenha considerado adequada à intervenção do estado de acordo com os argumentos de Smith. É fácil afirmar, como o faz Smith mais de uma vez, que há ‘efeitos externos’ que colocam uma actividade ou outra na esfera do ‘interesse público’, e não na esfera do ‘interesse de algum indivíduo ou algum número pequeno de indivíduos’. Não há critérios objectivos amplamente aceites para avaliar tais asserções, para medir a grandeza dos efeitos externos, para identificar os efeitos externos das acções governamentais e compará-los com os efeitos externos que se produziriam se se deixassem as coisas em mãos privadas. A análise superficialmente científica de custo-benefício erigida com base em Smith transformou-se numa formidável Caixa de Pandora (SMITH apud FEIWEL, 1984, p.146).

Escrevendo quando o *estado capitalista* dava os primeiros passos, a análise de Adam Smith sobre a origem e a evolução do estado assenta numa interpretação histórica. Certos trechos de *Riqueza das Nações* lembram alguns trabalhos de Engels sobre este mesmo tema.

Como “a avareza e a ambição nos ricos e o ódio ao trabalho e a tendência para a preguiça nos pobres – escreve ele –, constituem as paixões que predispõem ao ataque à propriedade”, como “a propriedade dos ricos provoca a indignação dos pobres que muitas vezes são levados pela necessidade e influenciados pela inveja a apropriar-se dos seus bens”, compreende-se a necessidade do “estabelecimento de um governo civil” e compreende-se que uma das funções do estado seja a da administração exacta da justiça, uma vez que “é só com a protecção do magistrado

civil que o dono dessa valiosa propriedade, adquirida com o trabalho de muitos anos ou, talvez, de muitas gerações, poderá dormir em segurança.” “A aquisição de propriedades valiosas e vastas — conclui Adam Smith —, exige, necessariamente, o estabelecimento de um governo civil. Quando não há propriedades ou, pelo menos, propriedades que excedam os dois ou três dias de trabalho, o governo civil não será tão necessário”.

Particularmente elucidativos do que se diz atrás são os trechos seguintes: *Como, entre caçadores, raramente existe a propriedade ou, pelo menos, propriedades superiores a dois ou três dias de trabalho, raramente existe qualquer magistrado, ou qualquer administração regular da justiça.*

É na era dos pastores, no segundo período da sociedade – escreve mais à frente Adam Smith –, que surge pela primeira vez a desigualdade de fortuna, introduzindo no seio dos homens um grau de autoridade e subordinação anteriormente impossível de existir. Introduce, assim, em certa medida, esse governo civil indispensável à sua própria manutenção e parece tê-lo feito naturalmente, independentemente, mesmo, da verificação dessa necessidade. Esta verificação vai acabar, sem dúvida, por contribuir muito para a manutenção e consolidação dessa autoridade e subordinação. Os ricos especialmente estão necessariamente interessados em manter esse estado de coisas, único capaz de lhes assegurar os seus próprios benefícios. Os menos ricos unem-se na defesa dos mais ricos no que se refere à sua propriedade para que, por sua vez, estes se unam na defesa da propriedade daqueles. Todos os pastores e criadores menores sentem que a segurança dos seus próprios rebanhos dependem da segurança dos rebanhos dos pastores e criadores mais prósperos, que a manutenção da sua menor autoridade depende da manutenção da autoridade superior e que da sua subordinação depende o poder de, por seu turno, subordinar outros que lhe são inferiores. Constituem uma espécie de aristocracia que tem todo o interesse em defender a propriedade e em apoiar a autoridade do seu pequeno soberano a fim de este poder defender a sua própria propriedade e apoiar a sua autoridade.

Logo a seguir, Adam Smith (1981, p. 321-322) torna bem clara a sua concepção do estado enquanto instrumento de defesa dos proprietários contra aqueles que não dispõem da propriedade do capital. Na esteira de Locke (Civil Government, § 94):

o governo não tem qualquer outro objectivo que não seja a preservação da propriedade”, Smith defende que “o governo civil, na medida em que é instituído com vista à segurança da propriedade, é, na realidade, instituído com vista à defesa dos ricos em prejuízo dos pobres, ou daqueles que possuem

alguma propriedade em detrimento daqueles que nada possuem.

São afirmações como esta que justificam a tese de Mark Blaug segundo a qual, nesta Parte II do Capítulo I do Livro V de *Riqueza das Nações*, Smith “apresenta uma teoria ‘marxista’ do estado”.⁸ E talvez esta leitura permita compreender melhor a coerência da rejeição, por parte de Smith, de qualquer intervenção do estado com vista à correcção das injustiças: exactamente porque sabe qual é o verdadeiro papel do estado e aceita que ele deve cumprir a sua função, que é “a defesa dos ricos em prejuízo dos pobres, ou daqueles que têm alguma propriedade em detrimento daqueles que nada possuem”.

Por outro lado, como já vimos, resulta dos seus escritos a ideia (comum aos autores da escola clássica) de que a propriedade (a acumulação do capital) é o fruto da *frugalidade* e da *prudência* de alguns, é “adquirida com o trabalho de muitos anos ou, talvez, de muitas gerações”.

Adam Smith pensa, além disso, que todos podem ser proprietários, mesmo o mais pobre dos homens, “se for frugal e industrioso.” Dir-se-ia que “o ódio ao trabalho e a tendência para a preguiça e para o ócio nos pobres” é que explicam as diferenças sociais, que não seriam, aliás, tão gritantes como poderiam sugerir certas passagens de *Riqueza das Nações*.

O melhor é lermos o que escreve o próprio Adam Smith (1981, p. 70-71):

nas nações civilizadas e prósperas, embora um grande número de pessoas não exerça qualquer actividade e muitas delas consumam o produto de dez vezes, freqüentemente de cem vezes, mais trabalho do que aquelas que as exercem, ainda assim o produto de todo o trabalho da sociedade é tão grande que, em geral, se encontram abundantemente providas, e um trabalhador, ainda que da classe mais baixa e mais pobre, se for frugal e industrioso, poderá usufruir de uma quota-parte maior de bens necessários à vida e ao conforto do que qualquer selvagem.

É ainda Smith quem escreve (apud DENIS, 1977, p-191):

o estômago do rico está em proporção com os seus desejos e não comporta mais que o do aldeão grosseiro. (...)

Uma mão invisível parece forçá-los [aos ricos] a concorrer para a mesma distribuição das coisas necessárias à vida que se teria verificado se a terra tivesse sido dada em igual porção a cada um dos seus habitantes; e assim, sem ter essa intenção, sem mesmo o saber, o rico serve o interesse social e a multiplicação da espécie humana. A Providência, distribuindo, por assim dizer, a terra entre um pequeno número de homens ricos, não abandonou aqueles a quem parece ter-se esquecido de atribuir um lote, e eles têm a sua parte em tudo o que ela produz. (...) Quanto ao que constitui a verdadeira felicidade, não são inferiores em nada àqueles que parecem colocados acima deles. Todos os escalões da sociedade estão ao mesmo nível pelo que respeita ao bem-estar do corpo e à serenidade da alma, e o mendigo que se aquece ao sol ao longo de uma sebe possui ordinariamente aquela tranqüilidade que os reis sempre perseguem”.

Dominado pela visão fisiocrática de uma sociedade que funciona perfeitamente por si, como um ‘organismo natural’ — na qual não deve tocar-se para a não descontrolar —, Smith alicerça a sua filosofia social em dois valores fundamentais: a confiança no *sistema de liberdade natural* e a aceitação da justiça realizada pela *mão invisível*. E não se ‘comove’ com as desigualdades: aos pobres pertence a serena e tranqüila felicidade de poderem aquecer-se ao sol ao longo de uma sebe, felicidade que os reis sempre perseguem...

Referências

- ARAÚJO, Fernando. **Adam Smith: o conceito mecanicista de liberdade**. Almedina, Coimbra: Almedina, 2001.
- BLAUG, Mark. **História do pensamento econômico**. Dom Quixote, Desc. Física 1989. v. 1.
- DENIS, Henri. **Histoire de la Pensée Économique**. 2. ed. Paris: PUF, 1977.
- DOBB, Maurice. **Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith**. Trad. Port. Lisboa: Presença, 1977.
- LARANJEIRO, Carlos. **Capital, juro e lucro**. Coimbra, 1985. *Boletim de Ciências Económicas*. Coimbra: Almedina, 1985.

⁸ M. BLAUG, *Economic Theory*..., 61. É também de Mark Blaug este comentário: “Quando lemos as suas análises sobre a evolução do governo civil, da justiça, das forças armadas e da família, torna-se evidente que ele tinha ideias claras sobre a natureza do processo histórico. Como outros autores escoceses da época, v.g. Adam Ferguson, John Millar, William Robertson e mesmo David Hume, ele expõe uma filosofia da história que atribui uma importância fundamental à natureza e à distribuição da propriedade. Não é exagerado descrever estes homens como os precursores da ‘concepção materialista da história’.

MARX, Karl. **Grundrisse**, vol. 1. ('Chapitre de l'Argent'). Union Générale d'Éditions. Éditions Anthropos, Col. 10/18, Paris, 1968.

_____. **O Capital**. em MARX/ENGELS, Lisboa: Avante, 1983. v. 2. (Obras escolhidas).

MEEK, Ronald. **Economia e ideologia**. Barcelona: Ariel, 1972.

_____. **Studies in the Labour Theory of Value**. 2nd. ed. London: Lawrence and Wishart, 1979.

NAPOLEONI, Claudio. **Fisiocracia, Smith, Ricardo, Marx**. Barcelona: Oikos-Tau, 1974.

_____. **O valor na ciência econômica**. Lisboa: Presença, 1980.

_____. **Discorso sull'economia politica**. Turim: Boringhieri, 1985.

SCHUMPETER, Joseph. **Historia del Analisis Economico**. Barcelona: Ariel, 1971.

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981 e 1983. v. 2.

SOARES, Rogério. **Direito Público e Sociedade Técnica**. Coimbra: Atlântida, 1969.